

Intervenção no PAOD, na Assembleia Municipal de Lisboa de 27 de Junho de 2017

No PAOD desta sessão Os Verdes apresentam quatro documentos.

Apresentamos um voto de louvor aos Bombeiros portugueses, como forma de reconhecimento e gratidão pelo seu trabalho e dedicação exemplares.

Por vezes, os Bombeiros trabalham com parcas condições e, mesmo assim, nunca deixam de proteger e socorrer as populações. São inúmeros os motivos que nos levam a saudar e a homenagear todos os homens e mulheres que arriscam a própria vida para salvarem pessoas e bens.

Apresentamos também um voto de condenação pela desvinculação dos EUA do Acordo de Paris. Este Acordo foi subscrito por 195 países e reflecte as negociações de quase todos os países do mundo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, com vista a combater o fenómeno das alterações climáticas.

Para Os Verdes, esta decisão é inaceitável porque significa a demissão de um dos maiores emissores do objectivo de combater e mitigar o aquecimento global do Planeta. E falamos de um país que representa cerca de 18% das emissões mundiais e que, *per capita*, é mesmo o maior emissor do mundo. Ou seja, esta desvinculação põe em causa o Acordo de Paris e aprofunda a ameaça das alterações climáticas.

Apresentamos também uma recomendação sobre a “Desmaterialização documental de processos urbanísticos”.

Os processos de licenciamento para obras de reabilitação têm tido um crescimento exponencial nos últimos anos e a Direcção Municipal de Urbanismo depara-se com um conjunto de procedimentos adicionais a que deve dar resposta, situação que nem sempre é fácil e célere e que importa otimizar.

Hoje em dia, é obrigatório entregar os processos em suporte físico, com cópias repetidas em formato papel, para cada Divisão ou entidade de apreciação. Falamos de centenas de páginas de papel que têm que ser entregues, apesar de o processo ser obrigatoriamente também entregue em suporte digital e acabar, maioritariamente, por ser lido e medido nas suas peças digitais.

Assim, o que Os Verdes propõem é que a Câmara diligencie no sentido de uma progressiva desmaterialização documental dos processos urbanísticos, como aliás, já acontece, e bem, noutros municípios. As vantagens são muitas: para o município e para os requerentes, otimiza-se tempo e recursos humanos, para o planeta, minimizam-se resíduos e desperdícios. Parece-nos, por isso, que Lisboa só tem a ganhar com esta medida.

Apresentamos ainda uma recomendação “Pela promoção das Colectividades da cidade de Lisboa” porque o papel do associativismo é fundamental na vida do país e da cidade.

As colectividades cultivam os valores da solidariedade, da democracia e da cidadania e são espaços onde tem lugar a democratização da cultura, do desporto, do lazer e do convívio.

É também nas colectividades que se exercem e se reclamam os direitos de reunião e de associação, entre outros. Apesar disso, há um conjunto de obstáculos que dificulta ou impede o normal desempenho das suas atribuições sociais, que importa ultrapassar, para que as colectividades possam promover a participação das populações e contribuir para o desenvolvimento local.

E o objectivo desta nossa recomendação é precisamente, em primeiro lugar, saudar a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto pelo seu 93º aniversário e todos aqueles que, das mais diversas formas, exercem alguma actividade no movimento associativo popular, e reconhecer a importância das colectividades, promovendo e apoiando a sua participação activa no desenvolvimento de uma cidade mais inclusiva e pugnar pelo acompanhamento e protecção das colectividades de Lisboa, nomeadamente, no que diz respeito à aplicação da lei das rendas.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”